

PARA UMA CRÍTICA DA TEORIA LATINO-AMERICANA DO ESTADO (II)

José Luís Fiori
UFRJ

Este trabalho não é uma história das idéias, não é exaustivo nem responde a uma cronologia rigorosa. Reúne notas de uma leitura crítica de alguns estudos mais significativos, escritos até o início dos anos 80, sobre a estrutura e o comportamento do Estado na América Latina. A hipótese geral sugerida é que a opacidade analítica do Estado no pensamento político latino-americano deve-se a uma excessiva submissão da reflexão teórica às preocupações estratégicas. Nesta segunda parte, acompanhamos uma literatura específica, com uma conceitualização mais precisa do Estado latino-americano, desenvolvida a partir da presença do autoritarismo, generalizada em grande parte do continente nos anos 60. Ao final são alinhadas alguns premissas que deveriam orientar o estudo teórico da especificidade do Estado no desenvolvimento capitalista da América Latina.

This paper is not so much a history of ideas, but rather some critical notes drawn from works published up till 1980 dealing with Latin American State institutions. Latin American thought on the Theory of State is characterized by an analytical opacity owing to preoccupations on strategies which have been superimposed upon theoretical interests. In this part of the paper, the reference is a specific literature, with a precise conceptualization of the Latin American State, which emerged from the generalized authoritarianism all over the continent during the sixties. At the close there are some special remarks which should be taken into account in the theoretical approach so as to explain the State in the capitalistic development of Latin America.

Suspendemos a reflexão na primeira parte deste artigo afirmando que a análise política do autoritarismo se bifucou num certo momento. Por um lado, tentou-se

responder à questão das origens, da natureza e da durabilidade dos regimes autoritários, por outro, tentou-se explicar os motivos, a natureza e a forma de expansão estatal, além de seus mecanismos de articulação, arbitragem e cooptação dos interesses em presença.

As explicações do autoritarismo e a análise das novas formas de representação

Na primeira direção, o problema já se punha com a definição da natureza, autoritária ou totalitária, daqueles regimes. No epicentro desse debate estiveram as proposições de J. Linz, formuladas em 1964 a propósito da Espanha, sobre o que seriam os regimes autoritários: "Sistemas políticos com pluralismo político limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns pontos de seu desenvolvimento, e no qual um líder ou, ocasionalmente, um pequeno grupo que exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas, na realidade, bem previsíveis" (J. Linz, 1964, p. 225 e 1980, p. 121).

Ao enfatizar o caráter desmobilizador e pragmático dos regimes autoritários, J. Linz buscava diferenciá-los dos totalitarismos fascistas, tentando construir uma tipologia que, apesar da fragilidade de seu formalismo, abria espaço para um tipo de regime autoritário burocrático-militar, muito próximo, em sua forma, dos regimes militares latino-americanos. "Regimes autoritários onde sua coalização, na qual oficiais das Forças Armadas e burocratas ocupam uma posição predominante, mas não detêm poder exclusivo, estabelece o controle do governo, excluindo ou incluindo outros grupos sem se comprometer com uma ideologia específica, agindo pragmaticamente dentro dos limites de sua mentalidade burocrática e sem criar ou permitir que um partido único de massa desempenhasse um papel dominante... em pouquíssimos casos, tais regimes permitem um sistema multipartidário, mas se asseguram de que as eleições não ofereçam uma oportunidade para uma competição livre pelo apoio popular..." (1980, p. 149).

Com a inclusão, em sua tipologia, de países de todos os continentes, J. Linz alargou muito seu universo e avançou pouco, além da provocação contida em sua definição de autoritarismo, pela mesma razão que apontou ao comentar sua desatenção ao

"conteúdo substantivo das medidas, às metas planejadas, à razão de ser de tais regimes", não nos informando "sobre as instituições, grupos e camadas sociais que fazem parte do pluralismo limitado nem dos excluídos" (idem, p. 122).

Tal submissão excessiva à forma talvez tenha sido a responsável não só pela insuficiência da tipologia de Linz, como também pelas dificuldades da principal formulação sobre as raízes estruturais do autoritarismo desenvolvido na América Latina: a teoria do Estado Burocrático-Autoritário, que teve certamente em G. O'Donnell (1972, 1977, 1982) sua figura mais expressiva.

Em suas conhecidas *Reflexões sobre as tendências de mudança do Estado Burocrático-Autoritário*, O'Donnell, criticando indiretamente J. Linz, afirmou que a verdadeira natureza dos regimes políticos e do autoritarismo deveria ser pensada tendo presente que "o surgimento, os impactos sociais e o dinamismo desses fenômenos só podem ser entendidos se se consegue ver sua íntima e sistemática relação com a estrutura e as mudanças de certo tipo de capitalismo, com características próprias a serem especificadas" (1977, p. 12).

As primeiras formulações de O'Donnell inscrevem-se, ainda, na tradição dos estudos sobre desenvolvimento político, de G. Germani e D. Apter, passando, declaradamente, por J. Linz. Nela O'Donnell desenvolve a hipótese de que no Brasil e na Argentina a estagnação, somada à intensa diferenciação social e à ativação política popular induzida pelas transformações estruturais da fase de industrialização horizontal, explicaria o grau de coerção e exclusão patrocinado pelos novos regimes políticos nascidos no esforço de assegurar perspectivas estáveis a um capital estrangeiro fugaz e necessário "ao aprofundamento da industrialização".

Com base nessas dimensões, O'Donnell constrói uma classificação dos regimes políticos latino-americanos levando em conta os níveis distintos de modernização alcançados pelas suas várias sociedades. Assim, por exemplo, afirma que "de modo conseqüente com minha análise, os níveis mais baixos de diferenciação social, de ativação política e de penetração de papéis tecnocráticos — expressões do menor nível de modernização — existentes no caso peruano contemporâneo, impediram que surgisse um regime burocrático-autoritário com sua particular coalisão" (idem, p. 124).

Em suas *Reflexões*, contudo, O'Donnell avança uma nova linha de interpretação sobre a origem dos regimes burocrático-autoritários. Inscrevendo-se em uma nova matriz teórica, avança

na explicação das mudanças políticas latino-americanas, a partir da periodização histórica construída pelo pensamento *cepalino*. Nesta direção, reencontra e desdobra a sugestão contida nas últimas páginas do *Desenvolvimento e Dependência* de Cardoso e Faletto. Ali, analisando as conseqüências da “internacionalização do mercado interno”, ambos afirmam que “o desenvolvimento, a partir desse momento, realiza-se intensificando a exclusão social, e já não só das massas, mas também de camadas sociais economicamente significativas da etapa anterior, cuja principal alternativa agora é conseguir vincular-se subsidiariamente ao setor monopolista moderno”, donde o “sistema político que começa a ter vigência dependa das condições particulares em que se dê esse processo”. Dizem, ademais, que “em países como a Argentina a passagem é tanto mais complexa quanto mais o Estado não esteja preparado para permitir o controle corporativo das decisões econômicas. Isso impõe a reorganização das funções do Estado para conseguir uma capacidade cada vez mais ampla de regulamentação da vida econômica. Por outro lado, os grupos dominantes buscam a reorganização do próprio regime político para permitir que a centralização autoritária, que facilita a implantação do modo capitalista de produção nas economias dependentes, possa consolidar seu domínio” (Cardoso e Faletto, 1970, p. 132).

Subscrevendo a tese de que a crise econômica dos anos 60 correspondia ao esgotamento da industrialização por substituição de importações, O'Donnell repõe sua teoria sobre a emergência dos regimes burocrático-autoritários associando-os à necessidade de “verticalização” e do “aprofundamento da industrialização” como única saída para a crise.

Se essa análise avança em precisão sobre a sua primeira versão, O'Donnell incorre, dessa vez, na armadilha do economicismo na medida em que o “aprofundamento vertical” aparece como único caminho econômico e o autoritarismo burocrático como seu único viabilizador político. “A única coisa possível parecia também politicamente indispensável, uma vez que a contínua pressão do período anterior sobre os limites da balança de pagamentos e uma pobre integração vertical da indústria estavam indubitavelmente ligados às crises econômicas que alimentavam os ameaçadores processos políticos e sociais que a implantação do autoritarismo burocrático tentou extirpar”. Sendo que “o sucesso da exclusão e da diminuição das flutuações era, por sua vez, o fundamento da *garantia de previsibilidade* requerida para o aprofundamento. Para o grande capital, o problema não era tanto o declínio do crescimento do produto nacional nem uma alta taxa de inflação, mas as fortes flutuações que se pro-

duziam no comportamento dessas variáveis". Finalmente, a conclusão que fecha o argumento: "Esta é a chave para chegar ao significado do Estado Burocrático-Autoritário. Ele emerge como resposta que exclui o setor popular diante da crise em que desembocam o populismo e seus epígonos desenvolvimentistas. Por sua vez, essa exclusão é requisito para o sucesso e para a garantia da manutenção futura de uma 'ordem' social e de uma estabilidade sócio-econômica que, por sua vez, são condições necessárias para atrair, em quantidade e continuidade necessárias, o capital internacional" (idem, pp. 21, 24 e 25).

Esse aprofundamento, conduzido autoritariamente pelo Estado em associação, primeiro, com o capital internacional e, logo depois, com o capital nacional mais dinâmico, permitiria o que Cardoso chamou de "desenvolvimento associado", estabelecendo-se a partir daí as *linkagens* verticais, ausentes no período anterior. Mas é esta associação e seus requerimentos que explicariam, desde então, a dinâmica contraditória do regime burocrático-autoritário, mantendo-se em permanente tensão, até o limite de suas potencialidades, quando se abriram portas a uma renovada experiência democrática. São as novas idéias que O'Donnell desenvolveu no trabalho citado e, posteriormente, em seu *Tensões do Estado Burocrático-Autoritário* na coletânea organizada por D. Collier sobre o *Novo Autoritarismo na América Latina* (1982).

Sua nova hipótese era de que a hiper-concentração da riqueza e a desnacionalização da economia, somadas a uma política ortodoxa de estabilização, acabariam implodindo a coalizão golpista e dela afastando os setores médios e a fração mais débil do empresariado nacional. Por outro lado, a supressão da cidadania e dos instrumentos de expressão e negociação democrática dos interesses demonstraria de maneira aceitável a ligação entre a coação e a dominação econômica, dando ao Estado uma face explicitamente classista, algo insustentável frente à grande massa da população excluída e mesmo, segundo o autor, frente às Forças Armadas, as quais, neste *imbroglio*, seguiram buscando a construção de uma nacionalidade integrada e autônoma. Em síntese, a falta de legitimidade, o medo constante, a supressão da cidadania, o afastamento dos aliados de ontem, a explicitação do caráter burguês da coação, o peso desproporcional da burguesia internacionalizada e estrangeira e, finalmente, o assalto das várias frações ao aparelho do Estado levariam a uma situação insustentável, em cujo horizonte apareciam como alternativas a construção de um regime de partido único, ao estilo mexicano, ou um novo corporativismo ou, ainda, finalmente, a própria democracia.

Com isso O'Donnell antecipou o tema que galvanizaria as preocupações teóricas e práticas da reflexão política latino-americana a partir da segunda metade da década de 70: a dinâmica contraditória dos regimes autoritários e a viabilidade de uma transição democrática. Mas se na explicação da origem O'Donnell cedeu terreno ao economicismo, na análise das contradições e tendências afogou-se no politicismo.

F. H. Cardoso (1977, 1979) e J. Serra (1982) formularam uma incisiva crítica aos pressupostos do modelo explicativo de O'Donnell, demonstrando sua inadequabilidade para o caso brasileiro. Segundo Serra, a crise dos anos 60 não decorreu do esgotamento da fase de substituição de importações, e o aprofundamento da industrialização já começara na década de 50, ativada por um regime democrático. Ainda mais, "o aprofundamento não se constituiu no eixo da política econômica ou no motor do crescimento nas duas primeiras fases *econômicas* do regime (1964-67: estabilização, e 1967-71: recuperação); foi conduzido de forma muito deficiente na terceira (1971-74: auge) e só foi colocado como absolutamente prioritário na quarta fase (1974-?: declínio), depois de dez anos de autoritarismo", sendo que, "na verdade, o regime não mostrou nenhum talento especial para aprofundar a industrialização. Ao contrário, poder-se-ia até dizer, forçando um pouco os termos, que: a) durante a década, em lugar de aprofundar-se, a industrialização se *desaprofundou*, ao menos em termos relativos; b) a consciência, bem como a necessidade objetiva e as tentativas definidas de aprofundar a industrialização, apareceram não no começo do regime, mas dez anos depois, como resultado dos próprios problemas que tenderam a prevalecer; c) aquela necessidade e as tentativas correspondentes têm constituído um dos principais fatores da relativa 'desestabilização' recente no regime" (p. 116).

Várias hipóteses importantes de O'Donnell sobre as condições históricas que antecederam os golpes argentino e brasileiro dos anos 60 ficam um tanto prejudicadas pela forma através da qual ele as organiza em sua explicação: desconheceu a ação específica das contradições e conflitos sociais e políticos que, nos dois espaços nacionais, determinaram alternativas menos imperiosas e necessárias do que imaginaria O'Donnell. Assim com o caso brasileiro, destacado por Serra, assim com o próprio fracasso do regime burocrático-autoritário argentino de 1966, derrotado política e economicamente em 1970.

Assim mesmo, em nosso entender, foi com O'Donnell que o problema do Estado adquiriu dignidade teórica no pensamento latino-americano, independentizando-se das estratégias políti-

cas, sem contudo desfazer-se do economicismo embutido no pensamento desenvolvimentista.

Premido entre o evolucionismo linear da teoria da modernização e o raciocínio econômico *cepalino*, O'Donnell acabou preso a dificuldades similares às do dependentismo da primeira fase de Cardoso e Faletto, estes também divididos entre uma teoria das classes e uma periodização econômica, que não casavam completamente entre si.

O'Donnell foi pioneiro ao propor a questão do Estado e dos regimes políticos como objeto específico de sua teorização. Porém, ao definir a "especificidade" latino-americana pela trilha de sua industrialização e ao vê-la sob uma ótica *cepalina* — centrada nos constrangimentos externos à acumulação interna —, concordou com as teses que viam na estagnação dos anos 60 o resultado do esgotamento do "efeito" substituição de importações. Como conseqüência inevitável, os golpes autoritários perderam sua face social e política, dissolvendo sua identidade em uma exigência unívoca de caráter econômico.

Como seu diagnóstico econômico estava equivocado, o seu Estado Burocrático-Autoritário ficou atrelado a um imperativo irreal e pouco homogêneo, como mostram os caminhos diferentes seguidos pelo Brasil e Argentina. Não é de estranhar que, mais à frente, se tornasse difícil para O'Donnell analisar a dinâmica interna e as tendências críticas dos regimes autoritários à luz do processo de aprofundamento da industrialização. Se este processo foi obrigatório e resultou da política econômica autoritária, a nova necessidade, a 'necessidade democrática', deveria ser explicada, igualmente, a partir dos desdobramentos da estrutura industrial. O'Donnell fugiu corretamente deste caminho e, com isso, desautorizou seu modelo anterior de explicação. A especificidade dos regimes autoritários não cabia, definitivamente, dentro da camisa-de-força de uma periodização estritamente econômica e fundada na dinâmica de um "setor externo" que teve trajetórias e impactos distintos nos vários países do continente.

Ao tentar esclarecer as transformações políticas, O'Donnell chegou ao problema da especificidade para enfrentar, mais à frente, a questão da homogeneidade de um espaço territorial altamente diversificado do ponto de vista econômico, social e político, já no início dos anos 50. Compreende-se, assim, o desenvolvimento de seu raciocínio quando mais tarde toma uma terceira trilha (em N. Lechnnes, 1981), refazendo sua leitura do autoritarismo.

Nessa nova etapa, O'Donnell diferenciou claramente os regimes autoritários nascidos dos golpes de 1964 e 1966, daqueles nascidos no Chile, Uruguai e, novamente, na Argentina, em 1973 e 1976, e ainda, do golpe peruano de 1968. Abdicou, aparentemente, de sua hipótese sobre o aprofundamento da industrialização e releu a emergência autoritária a partir dos conflitos de classe acentuados, nos vários espaços nacionais, pela dinâmica da fase populista e das políticas nacional-desenvolvimentistas levadas a cabo a partir de 1930, passando por cima da supremacia econômica e política dos estamentos agrários. Reconheceu a natureza desenvolvimentista da política econômica do regime brasileiro, o seu fracasso no caso argentino, a inspiração liberal-tecnocrática dos casos chileno, uruguaio e argentino (de 1976 a 1983), e o caráter populista do regime militar peruano. Admitiu a heterogeneidade das situações e perdeu, com isso, o vigor da argumentação de seu modelo anterior. Ganhou em virtudes analíticas o que perdeu como atrativo próprio de todos os mecanismos.

Mas demonstrou, definitivamente, com o movimento de seu raciocínio, a impossibilidade de coadunar a visão histórica *cepalina* com uma matriz teórica que privilegie, na determinação dos rumos histórico-estruturais, as relações entre a acumulação industrial, as lutas de classes e o Estado, tal como já dissemos.

É isso que importa sublinhar neste momento. As interpretações *cepalinas* e dependentistas, responsáveis por um fecundo trabalho de pesquisa, tiveram como consequência nefasta a submissão da análise do Estado a uma camisa-de-força que ora recorria ao mecanismo, ora ao "autonomismo", passando-se com relativa facilidade, nos vários argumentos, de uma posição onde o Estado respondia funcionalmente aos requerimentos da industrialização, para outra onde o Estado, intervindo do alto, produzia, voluntária e autonomamente, as próprias condições da acumulação industrial. Isto ocorreu com os que viram no Estado populista e burocrático-autoritário a resposta política imposta pela exigência de promover, primeiro, a defesa do mercado interno e a indústria de bens de consumo não duráveis, e, depois, o aprofundamento vertical da industrialização; da mesma forma, ocorreu com os que viram em ambos a manifestação histórico-institucional de uma vontade, relativamente autônoma, exterior ao capital e capaz de querer a própria industrialização.

Desconheceu-se, nos dois casos, a necessidade teórico-metodológica de pensar a política e a economia num único e complexo movimento de acumulação e dominação, ou de domi-

nação como motor da acumulação. Para isso, impunham-se uma profunda revisão teórica e uma releitura da história da acumulação industrial na América Latina, o que só foi feito mais tarde e em outro espaço intelectual.

A consciência dessa dificuldade explica em parte a reangulação do enfoque dependentista ocorrida na década de 70. Mesmo aceitando a possibilidade de um desenvolvimento “dependente e associado”, ficou em aberto a questão central dos limites de sua potencialidade histórica, associados agora ao fato de que “tanto a pugna entre as classes como a própria relação fundamental de dependência encontram na forma e na natureza do Estado a encruzilhada por onde passa a história contemporânea” (F. H. Cardoso, 1977, p.207). Cardoso considera que o núcleo da temática da dependência está na contradição de um Estado que constitui a nação, mas não é soberano.

Assim, analisando a crise político-institucional brasileira de 1964 e o surgimento do regime militar, Cardoso, à semelhança de O'Donnell, associa estes fatos à crise do processo de substituição de importações e à necessidade de “recompor os mecanismos de acumulação e recolocar esta última num patamar mais alto, capaz de atender ao avanço verificado no desenvolvimento das forças produtivas” (F. H. Cardoso, 1979, p. 51). Entretanto, ele mesmo esclarece mais tarde: “o que é característico do capitalismo dependente na fase de industrialização da periferia sob o impulso do capitalismo oligopólico internacional é o desenvolvimento de uma forma estatal baseada na aliança entre empresa multinacional, empresariado estatal e burguesia local”, podendo esse Estado “organizar-se institucionalmente dentro de um contexto de autoritarismo, democracia restrita, ou totalitarismo”. Apesar disso, postulou que “a variabilidade dos regimes e o condicionamento específico da relação política de domínio que dão o conteúdo do Estado não deve levar, entretanto, a dissolver a análise no puramente circunstancial” (idem, 1977, pp. 215-216).

É a partir deste ponto que Cardoso incorpora-se à outra vertente da *démarche* dos anos 70 sobre o Estado: o estudo da natureza e forma da organização e expansão estatal. Nessa direção se inscrevem seus trabalhos de 1975, 1977, 1979 e 1983, pesquisando a forma, as contradições e tendências deste novo Estado baseado na aliança entre empresa multinacional, empresariado estatal e a burguesia local. Assim, constatava em 1975 (p. 46) que “as linhas de redefinição do sistema de poder são dadas pela corporação internacional e pelo Estado, que passa a estimular nos grupos sociais um estilo de participação política

corporativo-profissional", e em 1977 (p. 219) constatava que a "ideologia básica do Estado é fundamentalmente o 'desenvolvimentismo', para o qual a ideologia corporativista clássica não conta", concluindo que neste regime a "relação entre a Sociedade Civil e o Estado parece dispensar a intermediação dos partidos, e as classes apropriam-se de segmentos do aparato estatal para defender, a partir deles, seus interesses". Isso ocorre na medida em que o "regime tratou de dar respostas às pressões sociais... através de mecanismos mais flexíveis de incorporação e cooptação política" (idem, 1975, p. 205). Cardoso chama esses mecanismos de "anéis burocráticos", isto é, "círculos de informações e pressão (portanto, de poder) que se constituem como mecanismos para permitir a articulação entre setores do Estado (inclusive das Forças Armadas) e setores das classes sociais..." Tais mecanismos não são um instrumento de pressão da sociedade sobre o Estado, mas uma forma de articulação que, sob a égide da sociedade política, assegura ao mesmo tempo "um mecanismo de cooptação para integrar nas cúpulas decisórias membros das classes acima referidas que se tornam participantes da arena política, mas a ela se integram *qua persona* e não como 'representantes' de suas corporações de classe" (F. H. Cardoso, 1975, p. 208).

Por isso o Estado, para Cardoso, ressurgia como "o comitê executivo de um pacto de dominação que expressava a aliança entre funcionários (militares e civis), burguesia de Estado (ou seja, executivos e *polycymakers* das empresas estatais), grande empresariado privado (nacional e estrangeiro) e os setores das novas classes médias a ele ligados" (idem, 1975, p. 215). Tinha-se, então, um Estado necessariamente fragmentado pela forma de representação de interesses através dos "anéis", mas que possuía diversas partes costuradas pelo Sistema de Informações e suas várias agências repressivas, e pela administração da política econômica, em cujo epicentro estava o Ministério do Planejamento. A partir daí, explicavam-se as demais características institucionais do Estado: a centralização do Executivo; o esvaziamento dos partidos e do Legislativo; a promoção ativa da apatia como forma preferencial de "estar" das massas; a repressão ao movimento sindical e a todas as formas de contestação; a condução tecnocrático-militar do governo, estreitamente associada aos interesses hegemônicos da Grande Empresa, pública e privada, nacional e estrangeira, geralmente associadas; e a defesa ideológica de um projeto que impunha a "estabilidade" social para alcançar o desenvolvimento econômico. Faziam-se, desse modo, mais inteligíveis as políticas públicas que buscavam favorecer, diretamente, os interesses do "tripé",

o fim do projeto nacionalista, a promoção do desenvolvimento associado e, como consequência, a subordinação financeira e tecnológica aos capitais forâneos. A este processo-projeto-realidade institucional, Cardoso chamou de revolução burguesa possível, que consistia em integrar-se no capitalismo internacional como associado e dependente, lutando para obter o máximo proveito possível, porém limitada por um processo objetivo: "a acumulação capitalista nas economias dependentes não se completa" (F. H. Cardoso, 1975, p. 71).

Em síntese, para ele tratava-se de "um modelo de dominação autocrática, sob controle burocrático-militar e assentado em bases economicamente dinâmicas" (idem, p. 79), um modelo de dominação que, não obstante, apresentava contradições e tensões internas. Embora Cardoso tivesse pensado essas tensões e problemas numa ótica prospectiva, não o fez a partir de uma análise da dinâmica histórico-estrutural das relações entre o Estado e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Descreveu brilhantemente os principais traços orgânicos do regime autoritário e do próprio Estado, sem todavia esclarecer a sua dinâmica, explicando a origem e necessidade de sua instabilidade e de suas crises e o limite tendencial de sua eficácia.

P. Schmitter, A. Stepan e G. O'Donnell, entre outros, explicaram a estrutura e funcionamento desse mesmo Estado a partir de uma visão neo-corporativa da organização, representação e regulação dos interesses nos sistemas políticos modernos. Essa organização reencontrada na sociedade latino-americana daria conta da estrutura e dinâmica dos Estados periféricos. Em algumas de suas hipóteses "muitas das elites políticas da América Latina têm realmente reagido às suas percepções de crises iminentes de modernização e controle, evocando, numa variedade de formas modernas, muitas das idéias centrais do modelo estatista-orgânico... e têm tentado usar o poder do Estado para forjar regimes com marcadas características corporativistas" (A. Stepan, 1980, p. 64).

A partir desta hipótese, aqueles autores procuram compreender as formas pelas quais o Estado autoritário se reproduzia e administrava politicamente os interesses político-econômicos. O corporativismo modernizante e a balcanização do poder político do Estado tornaram-se os elementos-chave da análise.

O conceito de corporativismo, tal como desenvolvido por Schmitter e O'Donnell significa, essencialmente, uma forma de participação que minimiza possíveis conflitos entre grupos de interesses a curto e longo prazos. Mais precisamente, o acesso

às instâncias decisórias do Estado, dentro de um esquema corporativo, fazia, segundo eles, com que os conflitos sobre a condução do processo econômico fossem negociados parceladamente, sob a forma de concessões e minipactos. O Estado, na sua posição de agente político central e único, mantinha pulverizada a representação sócio-econômica, administrando o longo prazo através de composições (a curto prazo) de interesses corporativos. A dinâmica do sistema assentava-se na premissa de que cabe ao Estado promover a circulação da representação corporativa, através do que F. H. Cardoso chamou "anéis burocráticos". Tendo em vista os limites dentro dos quais funcionava a acumulação industrial, a mediação de interesses teria sido feita na base de criação de vantagens futuras, que na verdade, só puderam ser geradas pela própria expansão do Estado.

O estudo da expansão da esfera pública na modernização autoritária

L. Martins, ainda nos anos 70, levantava a hipótese de que a expansão do Estado durante esta década havia-se realizado através de um movimento integrado, tanto por forças centrípetas, isto é, concentração de recursos financeiros e de decisões normativas no nível do governo federal, como de forças centrífugas, criação e consolidação de agências estatais relativamente independentes e/ou dotadas de autonomia relativa para a alocação desses recursos e aplicação destas decisões, sendo a direção dos dois movimentos dada pelo vetor financeiro e sua apropriação. A independência relativa das instâncias governamentais contrastava assim com os esforços de centralização financeira no nível da União, abrindo espaço no interior do aparelho estatal para relações corporativas em todos os níveis.

Visto globalmente, o corporativismo na representação de interesses teria se refletido na esfera pública, através da balcanização e privatização do Estado.

Este esquema explicativo pressupunha, no entanto, uma certa equação nas relações de poder sem a qual a prática do corporativismo e da privatização do Estado não seria operante. O primeiro dado desta equação seria o de que as relações de poder, associadas ao esquema de acumulação vigente, fossem relativamente estáveis, ou seja, não existissem conflitos maiores de dominação intracorporações e sim uma busca de vantagens relativas. O segundo, considerando que as relações de poder

eram estáveis, o processo de corporativização deveria basear-se em uma expansão distributiva mais do que redistributiva, preservando assim a estabilidade do modelo. Finalmente, dado que a sua funcionalidade repousava na possibilidade de dirigir investimentos para uma maior diversificação industrial, as mudanças no sistema de acumulação seriam sempre em direção a novas fronteiras.

Se estas foram as condições de operacionalidade do modelo, existiriam outros aspectos de cunho sócio-político que garantiriam seu estabelecimento. O regime burocrático-autoritário, tal como o descreve O'Donnell, representou uma nova sistematização das relações de clientelismo sócio-político desenvolvidas no período populista. A ausência de uma prática política aberta pulveriza as relações políticas intraclasses. Uma vez dispersas, estas são recicladas de forma desigual através do Estado, o qual promove a corporativização dos estratos dominantes e a dependência clientelista da classe trabalhadora.

O Estado, mormente o seu setor produtivo e financeiro, estabelece uma relação corporativa com o empresariado nacional, protegendo seu lucro relativo, aumentando seu potencial de acumulação e absorvendo o custo desta expansão. A administração pública, através de suas agências previdenciárias e múltiplas instâncias administrativas dispensa serviços sociais e cria vínculos empregatícios absorvendo, na dinâmica estatal, parcelas cada vez maiores da população economicamente ativa. Como a negociação salarial dos pólos mais dinâmicos da indústria processava-se de forma individualizada em acordos de empresas, os conflitos salariais e redistributivos perdiam seu potencial político; ou melhor, tinham limitado potencial de difusão, o que, por sua vez, permitia que as atividades de bem-estar do Estado se processassem clientelisticamente, embora sem o vigor das negociações corporativas.

A capacidade do regime de sustentar esta multiplicidade de papéis tem sido limitada, como apontam os estudos sobre a transição democrática. Por um lado, o sistema de representação de interesses corporativo-clientelísticos responde somente em parte às demandas de uma sociedade que aumenta cada vez mais seus estratos médios. Por outro lado, a multiplicidade de papéis requer uma capacidade para direcionar recursos que dificilmente se mantém estável. A camisa-de-força política maximiza a vulnerabilidade econômica abrindo brechas que não puderam ser soldadas pelo regime autoritário. Tendo em vista que a legitimidade do regime repousava na suposta eficiência, uma vez aberta a possibilidade de que os estratos privilegiados

pudessem vir a organizar-se de forma alternativa, o corporativismo deixava de funcionar de maneira não-conflitiva.

Numa direção menos teórica e globalizante, mas extremamente fecunda e decisiva na inflexão ocorrida no estudo do Estado, multiplicaram-se, nos anos 70, as investigações empíricas sobre sua materialidade institucional. Ultrapassando o plano das macrointerpretações explicativas e das macrodescrições conjunturais, a pesquisa empírica recolheu dados e informações sobre a verdadeira forma, dimensão e dinâmica do Estado autoritário: sua gestão tecno-militar, mas sobretudo, a expansão de suas agências e atividades econômicas.

A. Rouquié (1981), revendo a organização e o papel dos militares na história da formação dos Estados nacionais e latino-americanos através de minuciosa descrição dos avanços internos da organização militar, suas alianças civis e seu papel estatal, desde os processos da independência até a crise contemporânea dos autoritarismos latino-americanos, resumiu o novo enfoque do Estado dizendo que "nós também deixamos de lado as grandes interpretações para nos concentrarmos nos atores, seu meio ambiente e seu comportamento. Não nos perguntamos se a militarização do Estado na América Latina respondia às necessidades da acumulação capitalista num contexto de subdesenvolvimento ou se estávamos diante de um caso particular de uma marcha universal para o autoritarismo, que se traduziria diferentemente nas nossas 'democracias industriais'... este apaixonante e apaixonado debate não foi abordado" (A. Rouquié, 1981, p. 462).

Nesta direção inscrevem-se as pesquisas sobre o crescimento institucional e a ação econômica do Estado feitos por S. Draibe, L. Sola, S. Dain, L. Martins e S. Abranches, entre outros. S. Draibe (1980) reconstrói o movimento de expansão do aparelho estatal no período crucial que se estende de 1930 a 1960, analisando sucessivos planos governamentais que orientaram as alternativas de industrialização brasileira. A tese de L. Sola (1982) refaz o mesmo percurso, organizando a matriz político-ideológica do debate que, em torno ao projeto desenvolvimentista, contrapôs os técnicos "nacionalistas" e "cosmopolitas", num esforço que lhe permitiu analisar o processo histórico de formação da política econômica, mostrando a recorrência dos temas e dos argumentos nos sucessivos enfrentamentos em torno à intervenção econômica do Estado, à inflação e estabilização, ao papel do capital estrangeiro, ao protecionismo, à questão do mercado interno e da distribuição de renda.

A principal contribuição, contudo, ao esclarecimento do papel concreto e da verdadeira dimensão do setor público na articulação do tripé que comandou a acumulação (a partir de 1950) e sustentou o regime autoritário (depois de 1964) foi dada pelos trabalhos pioneiros de L. Martins (1977), S. Abranches (1978), S. Dain (1980), S. Abranches, S. Dain e M. G. Salgado (1978). Tais trabalhos apresentam uma argumentação comum, na medida em que brotaram de uma mesma pesquisa e tiveram no estudo clássico de L. Martins (1976), sobre o processo de decisão na criação da Siderúrgica Nacional, da Petrobrás, do BNDE e da indústria automobilística, a sua matriz inspiradora. Nesse sentido, resguardadas as contribuições pessoais, não nos parece arbitrário reunir em um só consenso o que de fundamental apresentam para nossos objetivos.

O argumento central postula que “a intervenção do Estado na economia, como agente produtivo, não significou um reajuste temporário para resguardar o setor privado das manifestações sistemáticas de ciclos depressivos nem um descaminho determinado pelo peso político eventual de grupos a conspirar, no seu interior, contra a livre iniciativa e a economia de mercado”. Tal intervenção “foi parte integrante de um padrão de desenvolvimento capitalista cujos constrangimentos mais importantes eram o caráter incipiente do setor privado nacional e os laços de dependência estrutural em relação ao centro capitalista mundial” (S. Abranches *et alli*, 1978, p. 8).

Com essa perspectiva, os autores mostraram que se o setor produtivo estatal foi gerado nas primeiras décadas do século XX, seu período de máximo crescimento deu-se depois de 1964, sob os auspícios de um regime militar ideologicamente liberal e desestatizante quando, segundo L. Martins (1977), quadruplicaram-se os recursos financeiros, orçamentários e extra-orçamentários do Estado e a sua atividade empresarial cresceu mais do que nos sessenta anos da história anterior (60% do total).

Mas esta expansão, como eles demonstram, dá-se de forma desordenada e contraditória e tem um impacto segmentador na estrutura e dinâmica do aparelho do Estado. Assim, o aumento do número de empresas públicas não gerou — devido ao seu alto grau de heterogeneidade interna — um setor produtivo estatal coeso, mas um conjunto “de empresas sob o controle do Estado, inseridas de forma diferenciada em vários setores da economia, submetidas a controles diversos, sofrendo constrangimentos de natureza variada e com potencialidades, recursos e graus de autonomia muito desiguais” (S. Abranches *et alli*, 1978, p. 6); um conjunto, além disso, submetido à pressão da própria

"ambigüidade estrutural", devida à sua dupla inserção, na economia — como organização para produção de bens e serviços — e no Estado — como aparelho produtivo do Estado", tema amplamente analisado por S. Dain (1980), em seu estudo comparado sobre as empresas públicas em vários "padrões de intervenção estatal".

Por outro lado mostrou-se como, do ponto de vista dinâmico, "a expansão das atividades estatais no Brasil se realizou através da articulação de duas tendências contraditórias. De um lado, forte concentração de instrumentos e de recursos financeiros no nível do governo federal, em detrimento dos estados e municípios; de outro lado, ampla descentralização, no âmbito federal, desses mesmos instrumentos e recursos". Sendo que essa segunda tendência é, por sua vez, "alimentada por dois movimentos complementares: a 'autonomização' da gestão burocrática e o fato de o Estado crescer 'para fora' do setor governo (executivo e ministérios), ou seja, crescer na área da chamada administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista)" (L. Martins, 1977, p. 34). Em conseqüência "a autonomia da administração indireta leva à crescente segmentação dentro do aparato do Estado e à crescente competição entre as autarquias, assim como à constituição de áreas de jurisdição superpostas. Assim, a centralização foi, freqüentemente, acompanhada pela segmentação, competição, ambigüidade jurisdicional e conflitos. O resultado a longo prazo foi a necessidade de maior centralização e instâncias de arbítrio mais abrangentes, promovendo a concentração de poder em alguns setores do Estado, sem resolver as contradições geradas pela fragmentação cada vez maior, competição e superposição jurisdicional. Conseqüentemente, vários departamentos potencialmente estratégicos tiveram seu espaço e extensão de suas atividades diminuídos pelas forças contraditórias que comandam as 'decisões de Estado'" (S. Abranches, 1978, p. 171).

Como resultado desse processo, alguns falaram de "balcanização do Estado", enquanto outros, como L. Martins, sublinharam a natureza "privatizante" daquela estatização. Se essas pesquisas ampliaram enormemente nosso conhecimento empírico da estrutura e dinâmica do aparelho econômico do Estado, prenderam-se, muitas vezes em excesso, aos sinuosos caminhos da luta intraburocrática em torno aos processos decisórios, deixando escapar o significado sociológico e político das transformações ocorridas. Melhoraram, em muito, a qualidade da radiografia institucional, mas deixaram-nos longe de saber o destino tendencial desse Estado em expansão.

Uma tentativa limitada de síntese

T. Evers (1979) foi quem, em nosso entender, enfrentou de forma mais ambiciosa esse problema. E o fez postulando corretamente a necessidade de esclarecer, de início, as relações entre a economia e a política no modo de produção capitalista, para, em seguida, estabelecer o que seria estruturalmente possível e impossível, do ponto de vista da ação estatal, numa sociedade capitalista concreta. Definiu, com isso, as formas exteriores assumíveis pelo Estado em seus vários regimes políticos existentes.

Evers, partindo de uma visão marxista, e incorporando os pressupostos *cepalinos*, articulou as várias análises e informações produzidas pelo pensamento político latino-americano, tentando conceitualizar teoricamente o Estado periférico, a partir das funções e formas assumidas pelo Estado burguês nas condições específicas do capitalismo latino-americano. Condições amplamente discutidas pela tradição *cepalina*: a sua reprodução econômica dependente do mercado mundial e a heterogeneidade sócio-econômica de suas estruturas internas, características estas decorrentes da “gênese histórica derivada” do capitalismo periférico, introduzindo externamente a partir da dominância do capital em nível mundial.

Evers vê nos “países da periferia capitalista, sociedades em transição, mas de uma transição permanentemente obstaculizada na qual a compenetração de elementos ‘modernos’ e ‘antigos’ se mantém por toda uma época histórica, dando origem a formações sociais heterogêneas que ostentam uma dinâmica econômica específica de certa autonomia, estabilidade e capacidade de reproduzir-se por si mesma” (1979, p. 42). Para o autor, “a reprodução dependente do mercado mundial, por um lado, é a porta de entrada de todos os estímulos que operam na direção de uma expansão do capitalismo; mas o conteúdo desses estímulos e seu modo de articulação com as estruturas internas pre-existentes fazem com que também produzam elementos não capitalistas. A heterogeneidade estrutural dessas formações sociais é um obstáculo para a expansão das relações de produção capitalista, mas, por outro lado, nas circunstâncias históricas predominantes, são seu corolário indispensável. A transição ao capitalismo produz a tendência à sua obstaculização, e esta acaba sendo a condição necessária da transição” (idem, p. 43).

Pelo fato de privilegiar a “penetração externa”, Evers considera impossível uma teoria adequada das transformações sofridas pela lei do valor, na periferia, sem a resolução teórica do pro-

blema do "mercado mundial". E isto tem reflexos diretos sobre a sua possibilidade de teorizar as formas políticas assumidas pela dominação de classes. Como bem percebeu, "se o subdesenvolvimento se caracteriza por uma obstaculização permanente da dinâmica 'pura' da produção capitalista ... uma teoria global das formas políticas da periferia capitalista só pode ser uma teoria de determinações negativas comuns: só pode indicar por que a forma burguesa do Estado não pode se desenvolver plenamente em presença de uma economia subdesenvolvida e na sua forma burguesa, em termos da periferia capitalista" (idem, p. 75).

Por isso Evers abdica de uma teoria, em troca de "traços históricos comuns" aos vários países periféricos, e tenta generalizar as condições constitutivas, as funções, os meios de ação e a organização institucional dos seus Estados, fazendo a partir daí uma descrição bastante completa das diversas e contraditórias funções assumidas pelo Estado na periferia, bem como do impacto dessas funções na fragmentação e recentralização do aparelho estatal, conforme vários autores já haviam analisado, e deduzindo, finalmente, a instabilidade política, a natureza permanente do "Estado de exceção", a inviabilidade de um "Estado de direito" e a ascendência tecnocrático-militar, além do caráter permanente e expansivo da intervenção econômica estatal, de uma heterogeneidade sócio-econômica que, entretanto, não pôde ser bem explicada.

Neste sentido, se Evers colocou de maneira correta as condições de uma teorização do Estado periférico, acabou preso a generalizações abstrato-formais que, apesar de sintetizarem brilhantemente o conjunto de observações produzidas pelo pensamento latino-americano nas duas últimas décadas, não conseguiram dar conta de seus próprios propósitos.

A origem dessa dificuldade encontra-se, em nosso entender, na sua concepção da origem e natureza da heterogeneidade estrutural. Privilegiando a dinâmica do mercado mundial e a forma de penetração externa do capitalismo na periferia, "funcionaliza" a heterogeneidade e nega a existência de sociedades autônomas nos países da periferia, na medida em que seus principais interesses transcenderiam as suas fronteiras nacionais. Com isso sua explicação perde-se num dependentismo radical, que se alheia às determinações histórico-estruturais endógenas. Na base de seu raciocínio está a idéia de uma acumulação em escala internacional, a partir da qual dever-se-iam deduzir as funções e formas do Estado. Daí a fragilidade de sua análise das lutas políticas "internas" e sua dificuldade

para explicar os limites estruturais da intervenção estatal. Mas voltaremos a esses pontos mais à frente.

Premissas e diretrizes para uma reflexão futura

Na literatura recente, como vimos, foram mapeados e analisados vários aspectos, dimensões e problemas relacionados ao que teria sido um padrão de desenvolvimento capitalista, retardatário e periférico. Esses traços, mesmo sem serem integrados numa visão teórica única, e sem fazerem parte de uma interpretação histórica consistente, permanecem como verdades parciais, desafiando uma melhor leitura de seu significado conjunto.

Inscrevem-se nesta linha duas *démarches* fundamentais:

I) em torno à ampliação das funções e à expansão do aparelho econômico do Estado;

II) em torno à instabilidade institucional e à inconstância dos regimes políticos.

Na primeira direção, sublinhou-se a constância do processo expansivo independentemente dos regimes políticos que se sucederam nas últimas décadas. Apontou-se para a multiplicidade das funções que foram progressivamente atribuídas ao Estado e constatou-se que, no seu desempenho muitas vezes contraditório, o Estado sofreu um processo de balcanização do seu poder e de fragmentação de sua institucionalidade. Ainda mais, constatou-se que a "estatização" progressiva punha em movimento uma lógica de "privatização" dos vários aparelhos gestores. Chegou-se mesmo a associar esta pluralização de funções e instituições à especificidade do processo de industrialização ocorrido em alguns países latino-americanos: tardia e internacionalizada.

Na segunda direção, aprimorou-se o conhecimento dos mecanismos de representação de interesses que, à margem dos partidos políticos, instalavam-se através de variadas fórmulas corporativas no interior das próprias instituições e empresas estatais, o que transformou órgãos eminentemente executivos em espaços de negociação e arenas de luta político-econômica entre os interesses em presença. Procedimentos múltiplos e muitas vezes originais, que contribuíram decisivamente ao mencionado

processo de balcanização. Avançou-se mesmo na hipótese de que esta "internalização" dos conflitos do Executivo vem sendo responsável por sucessivos surtos de centralização do poder, seguidos por períodos de degenerescência entrópica e paralisia decisional. Nesta mesma linha algumas teses vieram apontando para uma sugestiva cumplicidade entre o tardio e acelerado das industrializações e a instabilidade das instituições, tentando localizar em alguns focos de tensão, próprios da acumulação industrial tardia e periférica, fontes permanentes de instabilização das instituições políticas e crises do Estado. Se estas se repetem com alguma periodicidade e de forma simultânea à constituição de nosso capitalismo e à expansão das funções econômicas do Estado, parece-nos fundado levantar a hipótese de uma associação mais estreita entre os dois fenômenos, cujo travejamento analítico ainda está por ser descoberto.

Não obstante, esta releitura de alguns autores e suas idéias a propósito do papel do Estado no desenvolvimento brasileiro e latino-americano nos permite algumas conclusões preliminares:

I) não dispomos de nenhuma teoria sustentável sobre o Estado periférico latino-americano;

II) a maior parte da reflexão através de todos estes anos obedeceu a cânones doutrinários ou estratégicos, mais do que científicos;

III) o Estado, como conseqüência, foi transformado numa dedução lógica ou num "ente epistemológico" requerido pelas estratégias conservadoras ou revolucionárias;

IV) quando fugiu-se de uma concepção explicitamente estratégica do Estado, caiu-se na circularidade, pouco fecunda, do raciocínio funcionalista e do etnocentrismo "modernizante", ou optou-se por análises histórico-comparativas que, na maior parte das vezes, acabaram prisioneiras de um procustiano esforço de definição de identidade que, em última instância, os devolveu ao modelo dos países desenvolvidos;

V) quando foi assim, seu esforço de generalização perdeu-se em um formalismo abstrato; rico em detalhes, porém pobre na compreensão das lutas concretas responsáveis pela trilha histórica de cada povo e de cada Estado;

VI) muitos trabalhos que abdicaram de idealização da história européia, fetichizada como teoria e dogmatizada como necessidade política, acabaram ancorados em renovadas formas de economicismo ou na sua contraface natural, o politicismo voluntarista;

VII) assim, em particular nas várias versões da “teoria da dependência”, a dificuldade central não se situa em seus postulados metodológicos, mas na desconexão analítica entre suas interpretações econômicas e políticas. Esta desconexão foi o resultado de uma releitura frustrada da interpretação econômica *cepalina* feita a partir de uma visão que queira privilegiar a dinâmica das classes, do Estado e mesmo do imperialismo. Estando implícitas premissas teóricas distintas, não é de estranhar que estes estudos dependentistas tenham encailhado, invariavelmente, no mecanicismo ou no ecletismo;

VIII) quando, na tentativa de fugir ao economicismo, optou-se por uma análise que, inspirada no estruturalismo poulantziano em evidência nos anos sessenta, afirmava a “autonomia relativa” do político e do Estado, avançou-se em estudos sobre “mecanismos decisórios”, mantendo-se uma referência longínqua à “acumulação de capital”. Mas ainda aí, julgando com a mesma lógica, ou a acumulação aparecia como um “Deus *ex machina*” ou as “decisões” se explicavam através dos labirintos intraburocráticos;

IX) apesar disso, e em particular nos anos 70, no contexto das decepções desenvolvimentistas e sob o impacto dos golpes militares e dos regimes autoritários, o Estado passou a ocupar uma posição de destaque na pesquisa e interpretação da nossa especificidade histórica.

Em termos ainda muito gerais acreditamos que, para avançar no estudo dos Estados periféricos sem incorrer nos mesmos desvios passados, faz-se necessária uma reengulação teórica que nos permita homogeneizar conceitualmente os movimentos de constituição do capital industrial e de expansão e consolidação dos Estados desenvolvimentistas. Tal enfoque permitiria unificar — sem dissolver as individualidades — as formas econômicas e políticas de reprodução e expansão do capital industrial e do poder estatal, vistos, à maneira de R. Rosdolsky (1974, p. 63), como “processos que se geram dentro de uma mesma cápsula”.

A novidade da posição de Rosdolsky está em considerar as relações de luta e dominação política como constitutivas do próprio capital, o qual valoriza-se e expande-se de forma contraditória, produzindo e reproduzindo, econômica e politicamente, suas relações fundamentais em um só processo histórico-concreto. As formas institucionais do Estado devem aparecer, assim, associadas como luta entre as classes e suas frações, e como competição entre os vários capitais individuais,

embutidas, ambas, no mesmo processo de valorização, enquanto que suas crises políticas devem ser compreendidas, sobretudo no capitalismo monopolista, mas também nos capitalismos tardios, à luz dos conflitos que no processo social da valorização empurram e limitam, permanentemente, a eficácia da intervenção econômica, social e política do Estado.

Nesta direção, acreditamos, deve encaminhar-se nossa leitura do Estado periférico, feita a partir das raízes da instabilidade e das crises políticas e econômicas que parecem acompanhar as leis gerais capitalistas em condições periféricas de realização.

Mas a grande dificuldade desta reangulação está em que, como diria J. Hirsh, "a investigação teórica do Estado não pode ser limitada pelo desenvolvimento conceitual da lei de valor nem à análise do 'capital em geral', mas deve abarcar o todo das condições sociais, políticas e nacionais de produção da formação social, condições que estão sujeitas a certos processos históricos de transformação" (1978, p. 82). Propõe-se pensar o Estado como momento do "capital em geral", mas para isto deve-se assumir a valorização como processo, a um só tempo, econômico e político. Onde, inevitavelmente, as leis do capital e de sua valorização só possam adquirir universalidade a partir da compreensão dos vários processos histórico-concretos onde elas se realizam, mediadas pelas lutas sociais e políticas, em torno ao poder do Estado.

Bibliografia

ABRANCHES, S. H. (1978) — *The Divided Leviathan State and Economic Policy Formation in Authoritarian Brazil*, a thesis presented to the Faculty of the graduate School of Cornell University in partial fulfillment for the degree of Doctor of Philosophy.

ABRANCHES, S.; DAIN, S. e SALGADO, G. (1978) — *A Empresa Estatal no Brasil: padrões estruturais e estratégias de ação*. FINEP, Relatório Preliminar, Projeto: "Formação e Expansão do Setor Produtivo Estatal".

ALAVI, H. (1982) — "State and Class Under Peripheral Capitalism", in ALAVI, H.; SHANIN, T. (eds.) — *Introduction to the Sociology of Developing Societies*. London, Macmillan Press, 2ª ed.

BENDIX, R. (1977) — *Nation-Building and Citizenship*. Berkeley, University of California Press.

BRANDI, P. (1983) — *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- BRENNER, R. (1977) — "The Origins of Capitalists Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism", in *New Left Review*.
- CARDOSO, F. H. (1973) — "As Novas Teses Equivocadas", in CARDOSO, F. H. — *Autoritarismo e Democratização*, Cap. I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. (1973) — *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2ª ed.
- CARDOSO, F. H. (1975) — *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____ (1977) — "Empresa estatal e capitalismo: uma análise comparada", in MARTINS, C. E. (org.) (1977) — *Estado e Capitalismo no Brasil*, São Paulo, Hucitec.
- CARDOSO, F. H. (1981) — "Las Clases Sociales y la Crisis Política de América Latina", in *Clases Sociales y Crisis Políticas en América Latina*, Siglo Veintiuno Ed., México, 3ª ed.
- CARDOSO, F. H. (1979) — "Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira", in FURTADO, C. (Coord.) (1979) — *Brasil: tempos modernos*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed.
- _____ (1980) — *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1983) — "Dependency and development in Latin America", in ALAVI, H. e SHANIN, T. (eds.) (1983) — *Introduction to the sociology of "developing societies"*, London, Macmillan Press, 2ª ed.
- CHILCOTE, R. H. (ed.) (1982) — *Dependency and Marxism toward a resolution of the debate*. Boulder, Westreicio Press.
- CHILCOTE, R. H. e JOHNSON, D. L. (eds.) (1983) — *Theories of development: mode of production or dependency?*. Beverly Hills, Sage Publications.
- COLLIER, D. (coord.) (1982) — *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DAIN, S. (1980) — *Empresa Estatal e Capitalismo Contemporâneo*. Tese de Doutorado apresentada à UNICAMP, Campinas, SP.
- EISENSTADT, S. N. e ROKKAN, S. (eds.) (1973) — *Building States and Nations*. Beverley Hills, Sage Publications, V.I.
- FERNANDES, F. (1976) — *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2ª ed.
- _____ (1981) — *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 3ª ed.

- FRANK, A. G. (1967) — *Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina*.
- GERSCHENKRON, A. (1952) — "Economic Backwardness in historical perspective", in: HOSELITZ, B. — *The progress underdeveloped areas*. Chicago, Chicago University Press.
- HUNTINGTON, S. (1968) — *Political order in changind societies*. New Hareen, Yale University Press.
- JAGUARIBE, H. (1969) — *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LECHNER, N. (1981) — *Estado y Política en América Latina*. México, Siglo Veintiuno.
- LINQUENCO, P.; MCFARLANE, B. (eds.) (1983) — *Neo-Marxist theories of development*. Becknham, Groom Helm/St. Martin's Press.
- LINS, J. (1964) — "An authoritarian regime: the case of Spain", in ALLARD, E.; LITTUNEN, Y. (eds.) — *Cleavages Ideologies and party systems*. Helsinki, Westermack Society.
- _____ (1980) — "Regimes Autoritários", in PINHEIRO, P. S. (coord.) (1980) — *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARIATEGUI, J. C. (1955) — *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Santiago, Editoria Universitária.
- MARTINS, L. (1976) — *Pouvoir et développement économique: formation et evolution des structures politiques au Brésil*. Paris, Editions Anthropolos.
- _____ (1977) — *A expansão recente do Estado no Brasil: seus problemas e seus atores*. FINEP, Documento de Trabalho.
- MOORE, B. (1973) — *Las orígenes sociales de la dictadura y de la democracia*. Barcelona, Editores Península.
- MUNCK, R. (1984) — *Politics and Dependency in the third world: the case of Latin America*. Londres, Zed Books.
- MYRDALL, G. (1970) — *The Challenge of World Poverty*. Allen Lane, Londres.
- O'DONNELL, G. (1972) — *Modernización y Autoritarismo*. Buenos Aires, Editorial Paidós.
- O'DONNELL, G. (1977) — "Reflexiones sobre las Pendencias de Cambio del Estado Burocrático-Autoritario", in *Revista Mexicana de Sociología*, vol. XXXIV nº 1, México, UNAM.
- _____ (1982) — "Tensões do Estado Autoritário-Burocrático e a Questão da Democracia", in COLLIER, D. (coord.) — *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- PALMA, G. (1978) — "Dependence: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?", in: *World Development*, Vol. VI. London, Pergaman Press.
- PINTO, L. A. Costa (1963) — *Sociologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PRESTON, P. W. (1982) — *Theories of Development*, London, Routledge e Kegan.
- PYE, L. P. (1967) — *Aspects of political development*, Boston Little Brown.
- SANTOS, T. dos (1968) — "Dictadura Militar y Fascismo en Brasil", in *El Control Político en el Cono Sur*, México, Siglo Veintiuno Ed.
- SAVENHAGEN, R. (1967) — "Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina", in: *Sociologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- SEERS, D. (1983) — *Dependency Theory — A Critical Reassessment*. London, Frances Pinter.
- SEKOPOL, F. S. (1980) — *States and Social Revolutions*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SERRA, J. (1982) — "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", in *Revista de Economia Política*, vol. 2/1, nº 6, abril-junho.
- SOLA, L. (1982) — *The political and ideological constraints to economic management in Brazil, 1945-1963*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy in the University of Oxford.
- STEPAN, A. (1980) — *Estado, Corporativismo e Autoritarismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- WEFFORT, F. (1971) — *Os sindicatos na política*. Tese de livre docência apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____ (1978) — *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.